

O que há de realmente nôvo na “nova moralidade” é a liberdade—e não a obrigatoriedade—de escolher o rumo que levará a uma vida mais fecunda, mais plena e mais digna

# O Direito de Escolher

ERNEST GORDON

*Deão da Capela Universitária da Universidade de Princeton*

**B**ASEADO NA experiência de um longo convívio com jovens universitários, estou convencido de que estão surgindo poderosos argumentos, talvez uma argumentação inteiramente *nova*, a favor da castidade. Em outras palavras: a liberdade sexual, sob a chamada “nova moralidade”, deve ser encarada pela juventude atual como *um desafio à sua liberdade de escolha*. E a liberdade de escolha, no setor do sexo, como em outros, encerra a necessidade de decidirmos por nós mesmos, sem a influência de temores antigos nem de pressões hippies, qual o rumo que nos conduziria a uma vida mais fecunda e mais plena.

Eu sei que o pressuposto de nossos dias é que a “nova moralidade” é simplesmente sinônimo de “não moralidade”. Mas êsse pressuposto bem pode estar errado. Entre os estudan-

tes universitários de hoje, noto uma crescente convicção—e também um ressentimento—de que a sua liberdade de escolha na esfera moral está sendo tão influenciada pelo libertário “Deves fazer” quanto o foram seus pais pelo “Não deves fazer”.

Não há como negar que são fortes as pressões a favor da conduta licenciosa. Nossa sociedade está mergulhada em sexo. Relações sexuais ilícitas são descritas com tôdas as côres em grande parte dos livros e filmes atuais. Símbolos provocantes de sexo constituem a base de muitos anúncios. As aulas sôbre fisiologia sexual e a discussão franca entre os sexos eliminaram, pelo menos no espírito da presente geração, os temores tradicionais; os modernos e práticos métodos anticoncepcionais reduziram o temor da gravidez indesejada. À vista de tudo isto, por que ser puro?

Não é fácil responder a esta pergunta. A velha moral, fundada em séculos de experiência humana, tem bons argumentos. Mas já não convence os nossos jovens. Não funciona mais a moral autoritária do "não deves fazer". E caiu também o argumento prático, de que "môças direitas não fazem isso porque se o fizerem se meterão em apuros".

Este estado de coisas desconcerta os mais velhos. Se os jovens rejeitam os antigos preceitos da moralidade, estarão rejeitando a própria moralidade. Não necessariamente. O bom nisto tudo é que o jovem de hoje tem a liberdade de ser *mais* moral. Muitos estão vendo que o *nôvo* da "nova moralidade" reside na liberdade de escolher a castidade em vez de recebê-la como uma imposição por meio de temores ou pressões.

Entre os jovens universitários de hoje, percebo um desprêzo crescente, com traços de piedade, pelos membros do grupo que se lançam na promiscuidade como forma de expressar a sua "liberdade". Inúmeras vezes tenho ouvido dizerem: "Pobre criança, ela (ou êle) é tão insegura." Êsses comentários revelam que a promiscuidade sexual, longe de ser um sinal de autoconfiança e de desenvoltura social, é, na realidade, uma demonstração de angústia e medo. O Don Juan que flutua de uma mulher para outra, está procurando convencer os outros, mas principalmente convencer-se a si mesmo, da sua masculinidade. Assim acontece também com a môça que,

com medo de não ser apreciada, prostitui seu corpo, numa tentativa vã de curar a sua angústia. Durante o processo intensifica-se a sua insegurança, sua reputação é destruída e reduzem-se suas perspectivas de satisfação sexual.

Recentemente fiquei encantado de saber de uma môça bonita e bem ajustada, que disse à sua mãe: "Não se preocupe comigo. Eu sou uma dissidente. Pretendo manter-me virgem até ao casamento." Esta observação a classifica entre as pessoas com maturidade suficiente para respeitar seu próprio corpo e conservar sua pureza para o homem que ela ama, ou venha a amar. Ela é a pessoa segura—a môça que tem um futuro em vez de passado.

Estou convencido de que a atitude dominante entre a maioria dos jovens de hoje não representa uma rejeição de todos os padrões morais, mas uma procura sincera daqueles que sejam mais elevados e significativos—e por isso mais duradouros—do que os antigos padrões baseados no medo. Êles *querem* padrões, e as perguntas que fazem, não importa com que petulância, revelam a seriedade da sua busca.

Segundo os preceitos da velha moral, muitos jovens acreditavam que só sendo impuros poderiam demonstrar a sua individualidade, pois era difícil distinguir entre aquêles cuja castidade se baseava no temor e aquêles para quem era questão de escolha. De acôrdo com a "nova moralidade", a castidade é mais uma

liberdade do que uma restrição. Assim sendo, um jovem pode conservar-se casto e ainda assim demonstrar sua individualidade. Paralelamente a esta nova liberdade, entretanto, vem a responsabilidade de estar informado. Têm surgido muitos argumentos capciosos que podem enganar os jovens.

Um dos sofismas preferidos pelos que defendem a experiência sexual antes do casamento é o que a Dr.<sup>a</sup> Evelyn Duvall denomina o argumento de "experimente antes de comprar". A idéia é de que a afinidade sexual, tão importante no casamento, só pode ser determinada "dando-se uma voltinha" antes do casamento. A Dr.<sup>a</sup> Duvall, autoridade conhecida em problemas de sexo e de família, em seu livro *Why Wait Till Marriage?* (Por que Esperar Até o Casamento?) cita um estudo realizado pelo American Institute of Family Relations que conclui da seguinte maneira: "A prévia experiência sexual de uma mulher não a ajuda a obter um bom ajustamento sexual no matrimônio."

Provavelmente o argumento mais astucioso, usado pelos sedutores desde os tempos de Adão, seja a teoria da "prova de amor". Perguntam-me sempre: "Mas não são as relações sexuais em si uma prova de amor? Certamente não pode ser errado quando aquêles que se amam sentem prazer nisso!" Em resposta, afirmo que o sentimento do amor é muito maior do que um simples prazer físico momentâneo.

Para aquêles que amam verdadeiramente, o amor erótico é sobrepujado por um amor muito mais profundo—de dar-se a si mesmo—e de querer o que há de melhor para o outro. Êste amor eleva a paixão física à altura de uma real preocupação para com o companheiro. Como disse um jovem, não faz muito tempo: "Minha noiva e eu abordamos o problema de mantermos relações sexuais, e concluímos que é preferível não. Eu a amo demais para que essa relação entre nós seja clandestina."

Quando jovens não casados, com a maior seriedade, perguntam: "*Que tenho a perder* agora, eliminados todos os perigos das relações sexuais antes do matrimônio?", é preciso lembrarlhes que, conquanto tenham desaparecido alguns perigos óbvios, a vida sexual continua a ser complexa e precária. Realizada fora dos limites de um casamento por amor, pode ser prejudicial em vez de benéfica.

Êste aspecto me foi ilustrado de maneira trágica, recentemente, quando cheguei ao meu escritório e encontrei um estudante, visivelmente perturbado, à minha espera. Enquanto êle se esforçava para encontrar palavras, resolvi restituí-lo ao estado de coerência com um choque:

—Você matou alguém?—perguntei-lhe.

—Matei, sim—disse êle, trêmulo e escondendo o rosto entre as mãos.

Eu tinha de descobrir rapidamente o que significava aquela confissão, e perguntei-lhe:

—Você se envolveu em algum abôrto?

Acenando que sim, êle contou-me a sua história—um caso demasiado banal. Havia dois anos que êle dormia regularmente com a sua namorada. Tinham usado anticoncepcionais, mas algo havia falhado. Isto não preocupou excessivamente o jovem casal, porquanto seus amigos lhes indicaram onde poderiam arranjar um abôrto. Terminada a operação ilegal, a môça ficou completamente arrasada. O que parecera uma solução fácil para um problema vexatório de repente transformou-se numa tragédia. Ela sentiu que era responsável pela destruição de uma vida.

Igualmente esmagado, o rapaz indagou:

—Que direito temos nós de continuar a viver?

Conseguí mostrar-lhe que tinham êsse direito, apontando algumas formas pelas quais poderiam redimir-se, fazendo jus ao perdão. Sua primeira decisão foi casar-se com a môça e protegê-la contra seus temores. A segunda foi contar o caso a amigos e conhecidos para que êles pudessem evitar experiência semelhante. Quase tarde demais, êsse casal compreendeu que os padrões tradicionais existem para proteger e não para cercear a liberdade individual.

Mas o argumento baseado no “Que tenho eu a perder?” encerra outros perigos. Um dos mais graves é a perda do amor-próprio, sem o qual a vida se torna vazia e freqüen-

temente leva à egofobia. Com efeito, quase no tôpo da lista de penalidades impostas pela devassidão está um sentimento de autodesprezo. E, no entanto, sabemos que a faculdade de amar a outrem se baseia na capacidade de nos respeitarmos a nós próprios.

Quaisquer que sejam as atitudes da juventude moderna, reais ou fingidas, com relação à “liberdade” sexual, o que a maioria deseja é uma união sincera e permanente. É aí que entra a castidade. A castidade não significa uma negação da sexualidade; ao contrário, implica na sua satisfação. Como o ato sexual em si é apenas orgânico, uma função biológica, êle tem pouca significação se isolado de uma relação pessoal. Uma prostituta, por exemplo, interessa-se apenas pelo dinheiro. O homem que dela se serve está interessado apenas no prazer. Nenhum está interessado no outro. Se houver, entre êles, alguma espécie de relação, esta não poderá ser classificada como algo mais pessoal que a relação entre um homem e um copo de cerveja.

A palavra castidade deriva do latim *castus*, que significa puro. Uma relação pura é sem dúvida uma relação honesta. Quando duas pessoas são honestas uma com a outra, estabelecem uma relação de respeito mútuo, ou integridade moral, uma relação em que uma pessoa honesta não se servirá de outra pessoa honesta simplesmente como instrumento de prazer. Tal relação necessita do apoio e da fôrça do matrimônio.

Pois sòmente numa relação franca podem um homem e uma mulher sentir a liberdade de se darem um ao outro honestamente e sem restrições.

O que muitos não conseguem entender, no momento em que exercem sua liberdade de escolha, é que exaustivos estudos sôbre pessoas casadas, como o do falecido Prof. Lewis M. Terman, da Universidade de Stanford, concluíram que “entre os homens e mulheres que tiveram relações sexuais antes do casamento, quanto mais promíscuas tiverem sido essas relações menos probabilidades terão de ser felizes quando casarem”. A isto acrescenta a Dr.<sup>a</sup> Duvall: “Não se pode esperar que os homens e as mulheres que foram sexualmente livres antes do casamento operem um milagre ao se casarem.”

Em minha atividade de conselheiro, tenho verificado que muitos dos casamentos que se desfazem estão entre aquêles em que falta a integridade moral. Lembro-me de ter tentado manter a união de um casal. Ambos os cônjuges tinham tido uma série de experiências pré-maritais, e cada um se recusava a acreditar na sinceridade do outro. Ambos reconheciam prontamente a culpa um do outro, mas não a sua. Divorciaram-se, casaram-se novamente, e repeti-

ram a experiência—e continuarão a repeti-la.

A experiência leva-me a concluir que castidade e monogamia são gêmeas. Elas representam a dignidade, tanto do homem como da mulher. As mulheres provàvelmente têm mais consciência disso do que os homens. Recentemente tive uma conversa com uma bela senhora de meia-idade, que comentou as alegrias do casamento. Uma coisa que ela disse ficou-me na memória. Foi uma frase simples: “Estou feliz por ter êste homem para amar.” Ela não disse “um homem”; disse: “*êste* homem”.

O objeto do seu amor era um determinado homem, com um determinado nome e uma personalidade. Os anos não haviam amortecido a emoção do amor, nem apagado a alegria de estar junto do seu homem. Para ela o amor abriu as portas da vida. Através delas, entrou na vida “*dêste* homem”. Não há maneira mais satisfatória de expressar a própria personalidade, pois não se baseia na própria pessoa, mas na outra.

Dêsse modo, a castidade repousa, em uma última instância, unicamente nos dotes de caráter e dignidade outorgados por Deus aos homens e às mulheres. É um grande dom, e original em tôdas as gerações.



**O** QUE OS HOMENS geralmente pedem a Deus quando rezam é que dois e dois não sejam quatro.

—Citado por W. H. Buden e Louis Kronenberger, em *The Viking Book of Aphorisms* (Viking, ed.)